

# ANÁLISE DO TIPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DOS IDOSOS REINSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Cynthia Aparecida Gonçalves<sup>1</sup>  
Karla Maria Damiano Teixeira<sup>2</sup>

## Introdução

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, o aumento da expectativa de vida é consequência dos avanços tecnológicos relacionados à área da saúde que começaram a ocorrer, principalmente, a partir da década de 1940, como o desenvolvimento de vacinas, de antibióticos e de quimioterápicos que propiciam a prevenção ou cura de várias doenças (MENDES *et al.*, 2013).

Atrelado ao aumento da expectativa de vida, tem-se a redução da taxa de fecundidade, iniciada no Brasil a partir de 1960, ocasionada por diversos fatores, dentre os quais as migrações do campo para a cidade, que representou uma perda para a população rural (CARVALHO; GARCIA, 2002).

---

<sup>1</sup> Departamento de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa-UFV.

<sup>2</sup> PhD em Ecologia Familiar. Professora no Departamento de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa-UFV.

A educação sexual, o conhecimento sobre o uso dos métodos contraceptivos, como preservativos, diafragma, pílula anticoncepcional, dentre outros, o planejamento familiar e a maior participação da mulher no mercado de trabalho são outros aspectos que contribuem para a diminuição da taxa de fecundidade no país (MENDES *et al.*, 2013; CERQUEIRA, 2014). A ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho formal e o adiamento da maternidade são fatores que ocorrem em paralelo, sendo resultantes do aumento do nível educacional feminino e da maior urbanização do país (ASSIS, 2014).

A redução da fecundidade e maior expectativa de vida contribuem para a tendência do envelhecimento populacional, cuja confirmação está no aumento do percentual da população de idosos. De acordo com Ramos *et al.* (2008), cada vez mais as pessoas idosas precisam ou querem se manter no mercado de trabalho, situação que parece se distanciar do previsto para os indivíduos dessa faixa etária, pois a sociedade, de forma geral, espera que eles se encaminhem para a aposentadoria e para o afastamento do mundo laboral. Muitos idosos, apesar de estarem aposentados, continuam trabalhando por conta-própria, fazendo trabalhos temporários, porque precisam complementar a renda familiar para manterem o mesmo padrão de vida conquistado ou por desejarem fugir do estigma de improdutivos, inválidos ou dependentes, mantendo, assim, um *status* social. Dessa forma, há uma modificação no papel social de muitos idosos, que deixam de ser assistidos para serem assistentes.

Partindo dessas constatações, esse estudo objetivou analisar o tipo de atividade econômica dos idosos reinseridos no mercado de trabalho, segundo o gênero, nos anos de 2002 e 2012.

## 1. Metodologia

A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo de corte transversal, teve uma abordagem quantitativa e utilizou dados secundários.

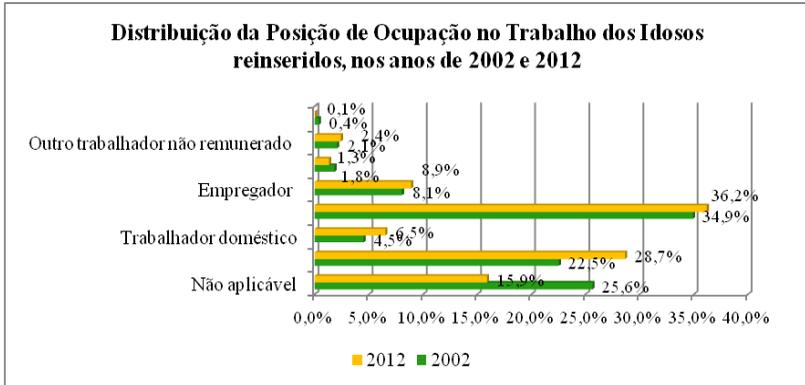
Buscou-se explorar e descrever a realidade de trabalho dos idosos reinseridos no mercado de trabalho a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparando-se dois pontos no tempo: 2002 e 2012. Os dados secundários foram extraídos dos microdados da PNAD com o auxílio do software *STATA - Data Analysis and Statistical Software*, versão 12.0. A amostra da pesquisa foi constituída por 1.473.239 idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e 2.075.835 em 2012.

## 2. Resultados e Discussões

Para os fins da pesquisa, fez-se interessante analisar, comparativamente, as variações das taxas de reinserção do idoso no mercado de trabalho segundo as características sociodemográficas, econômicas e de gênero dos anos de 2002 e 2012.

No que se refere à variável posição de ocupação no trabalho (Gráfico 1), foi constatado que a ocupação “por conta-própria” apresentou a maior percentagem, com 34,92% (n=514.411) em 2002, aumentando para 36,21% (n=751.581) em 2012. Segundo Correa e Lopes (2009), algumas modificações ocorridas na economia do Brasil e que tiveram início na década de 1990, como as políticas anti-inflacionárias, que conservaram o baixo e lento aumento das atividades econômicas, o aumento das crises financeiras, as mudanças estruturais, como a abertura comercial e financeira, a reestruturação produtiva, a privatização, a extensa incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços e a diminuição do emprego industrial, podem explicar esse resultado, uma vez que transformaram a dinâmica do mercado de trabalho e impulsionaram o avanço da informalidade. Assim, a combinação desses fatores repercutiu de maneira negativa sobre o mundo do trabalho que, como consequência, sofreu o crescimento da ocupação do trabalho por conta-própria.

Gráfico 1 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.



Fonte: PNAD (2002, 2012).

Com o segundo maior número de trabalhadores, a ocupação que mais cresceu percentualmente em relação ao período analisado foi “empregado”, com 22,53% (n=331.984) em 2002, aumentando para 28,66% (n=594.901) em 2012. De acordo com Dias (2014), o aumento do emprego é uma das causas da rotatividade no mercado de trabalho do Brasil, pois o trabalhador busca uma melhor colocação no trabalho. A condição de “empregador” apresentou 8,06% (n=118.724) e 8,91% (n=184.902) em 2002 e 2012, respectivamente.

A condição de “trabalhador doméstico”, com 4,51% (n=66.464) iniciais, aumentou para 6,52% (n=135.303) em dez anos. A partir da década de 1990, o emprego de trabalhador doméstico deixou de ser visto como um meio de ingresso ao mercado de trabalho para pessoas com baixo nível de instrução, migrantes do processo de urbanização ou como um emprego de transição para outros de mais status e rendimentos na esfera produtiva e passou a ser caracterizado como uma ocupação permanente, com um número de trabalhadores cada vez maior (ANDRADE, 2004).

Em menores proporções, encontra-se a posição “outro trabalhador não remunerado”, que compôs 2,07% (n=30.560) em

2002, passando a 2,42% (n=50.309) em 2012, seguida da ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar”, com 1,84% (n=27.061) em 2002 e reduzindo a 1,33% (n=27.569) em 2012. A categoria “trabalhador na construção para o próprio uso” apresentou 0,39% (n=5.791), diminuindo a 0,05% (n=1.051). Segundo Maia (2014), esse tipo de ocupação é encontrado nos municípios com menor desenvolvimento e em comunidades com precárias condições de desenvolvimento socioeconômico e menor concentração populacional.

Analisando as diferenças de gênero da variável posição de ocupação no trabalho, pode ser observado (Tabela 1) que o trabalho feminino aumentou nas categorias de “empregado” (18,11% e 27,02%, respectivamente) e “trabalhador doméstico” (12,17% e 16,41%, respectivamente). Essa ampliação da inserção da mulher idosa no mercado de trabalho não é representada apenas pela busca de independência e autorrealização, mas também pelo empobrecimento e necessidade de aumentar a renda da família (GONÇALVES *et al.*, 2013).

Tabela 1 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho dos idosos segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.

Posição na ocupação no trabalho	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	149.52	39,05%	364.888	33,48%	242.395	36,26%	509.186	36,18%
Empregado	69.360	18,11%	262.624	24,10%	180.611	27,02%	414.290	29,44%
Trabalhador doméstico	46.614	12,17%	19.850	1,82%	109.682	16,41%	25.62	1,82%
Empregador	22.756	5,94%	95.968	8,81%	38.179	5,71%	146.723	10,43%
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	16.753	4,38%	10.308	0,95%	19.855	2,97%	7.714	0,55%
Outro trabalhador não remunerado	14.095	3,68%	16.465	1,51%	32.340	4,84%	17.969	1,28%
Trabalhador na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Não aplicável	63.810	16,66%	313.855	28,80%	45.436	6,80%	284.783	20,24%

Fonte: PNAD (2002, 2012).

O trabalho como “empregado” (24,10% e 29,44%%, respectivamente) e “por conta-própria” (33,48% e 36,18%, respectivamente) foram os que mais aumentaram para o sexo masculino. Em relação a este último, na pesquisa de Leone e Baltar

(2008) também foi verificado um aumento, elevando, assim, a representatividade dessa categoria de ocupação. Os autores abordam que a flexibilização do trabalho assalariado resultou no aumento do número de trabalhadores por conta-própria que exercem, por exemplo, o trabalho na própria residência, as consultorias, o uso da pessoa jurídica, o uso de cooperativas de trabalho, dentre outros. Isso significa que grande parte do que é registrado nas estatísticas como trabalho por conta-própria constitui um emprego assalariado disfarçado, o que pode induzir à subestimação do número de indivíduos que compõem o mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, a PEA.

Na posição da ocupação “empregado”, constatou-se o aumento do número de trabalhadores de ambos os sexos. É importante ressaltar que o aumento foi maior em relação às mulheres. Esse fato pode estar relacionado com o aumento da qualificação profissional feminina (PAZELLO, 2006).

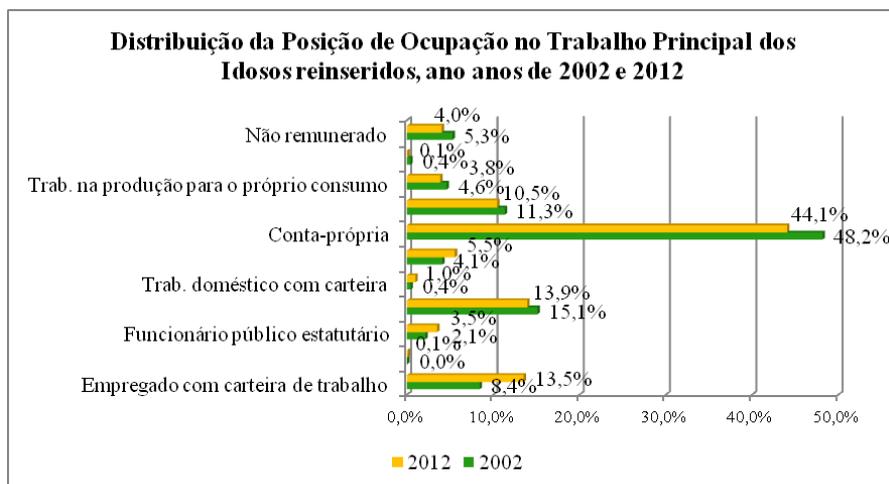
Vale ressaltar, ainda, que a posição de “trabalhador doméstico” aumentou apenas entre as mulheres (12,17% e 16,41%, respectivamente), mantendo-se constante para os homens (1,82%). De acordo com Sanches (2009), as mulheres, geralmente, são a maioria no trabalho doméstico, constituindo uma parcela significativa da força de trabalho no mundo. O aumento da desigualdade e da pobreza fez com que muitas buscassem por atividade remunerada, proporcionando, nas últimas décadas, a ampliação da participação feminina em todos os segmentos no mercado de trabalho, principalmente nos setores da indústria, da produção científica e da construção civil. Apesar disso, o trabalho doméstico permaneceu muito relevante na ocupação feminina, mantendo-se entre as principais categorias ocupacionais das mulheres.

A ocupação de “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” sofreu redução entre os homens (0,95% e 0,55%,) e as mulheres (4,38% e 2,97%). Na ocupação de “outro trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” há um aumento do seguimento feminino (3,68% e 4,84%) e redução do masculino (1,51% e 1,28%). Em conformidade com os dados, a

distribuição de homens e mulheres nessas ocupações indica o diferencial de gênero e, especialmente, a hierarquia social das posições na ocupação, na qual existe a maior concentração das mulheres nas ocupações menos valorizadas socialmente (ANJOS, 2009).

Na posição de ocupação no trabalho principal (Gráfico 2), os idosos que trabalhavam “por conta-própria” constituíram 48,2% (n=709.493) em 2002, obtendo uma queda em 2012 para 44,1% (n=914.475), embora ainda permaneça como a principal posição de ocupação. As pessoas que trabalhavam por conta-própria constituíam uma parcela importante da força de trabalho no Brasil, representando a inserção laboral de aproximadamente 23% dos ocupados em 2012 (PNAD, 2012). Mountian e Diaz (2014) destacam que uma das características dessa atividade econômica constitui a sobrerrepresentação dos idosos, conforme constatado pelos dados.

Gráfico 2 – Distribuição da posição de ocupação no trabalho principal dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.



Fonte: PNAD (2002, 2012).

A categoria de “outros empregados sem carteira assinada” constituiu 15,1% (n=222.778) em 2002, reduzindo para 13,9% (n=289.349) em 2012. Segundo Queiroz e Ramalho (2009), as ocupações sem carteira de trabalho assinada, elencadas como informais, são as mais predominantes entre os idosos, o que não foi confirmado pelos dados da pesquisa.

Os “empregados com carteira de trabalho assinada” constituíram, em 2002, 8,4% (n=123.957), com aumento para 13,5% (n=280.565) no ano de 2012. Na pesquisa de Diniz (2013), cuja análise se deu com dados entre os anos de 2001 a 2011, também foi encontrado o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada.

Os “empregadores” passaram de 11,3% (n=166.987) em 2002 para 10,5% (n=217.055) em 2012 e, em menores proporções, os “trabalhadores domésticos sem carteira” apresentaram 4% (n=60.337), aumentando para 6% (n=115.033). “Trabalhador na produção para o próprio consumo” constituiu 5% (n=67.712), com redução para 4% (n=79.876), “trabalhador não remunerado” constituiu 5% (n=7.682), reduzindo para 4% (n=83.648) e “funcionário público estatutário” compôs o total de 2% (n=31.322), aumentando para 3% (n=72.582). Ainda, “trabalhador doméstico com carteira assinada” obteve 0% (n=6.127), passando a 1% (n=20.270), “militar”, 0% (n=474) e 0% (n=1.931) e “trabalhador na construção para o próprio uso”, 0% (n=5.791) e 0% (n=1.051).

Na posição da ocupação no trabalho principal (Tabela 2), o trabalho “por conta-própria” constituiu o maior percentual em ambos os gêneros (43,61% e 37,81% para as mulheres e 49,78% e 47,02% para os homens), embora tenha havido um declínio para ambos os sexos, porém mais acentuado para o sexo feminino. No Brasil, os trabalhadores com 50 anos ou mais de idade representam cerca de 20% da força de trabalho total, sendo que esse percentual aumenta para 30,7% quando comparado ao subgrupo ocupacional “conta-própria” (MOUNTIAN; DIAZ, 2014).

Tabela 2 – Distribuição e frequência da posição na ocupação no trabalho principal segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.

Posição na ocupação do trabalho no trabalho principal	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Conta-própria	166.978		542.515		252.739	37,81%	661.736	
	43,61%		49,78%				47,02%	
Não remunerado	49.643		28.039	2,57%	56.295	8,42%	27.353	1,94%
	12,96%							
Trab. doméstico sem carteira	43.202		17.135	1,57%	93.934	14,05%	21.099	1,50%
	11,28%							
Outros empregados sem carteira	39.401		183.377		68.851	10,30%	220.498	
	10,29%		16,83%				15,67%	
Empregador	26.692	6,97%	140.295		41.332	6,18%	175.723	
			12,87%				12,49%	
Trab. na prod. para o próprio consumo	21.198	5,54%	46.514	4,27%	26.185	3,92%	53.691	3,82%
Func. público estatutário	12.098	3,16%	19.224	1,76%	37.341	5,59%	35.241	2,50%
Emp. com carteira de trabalho	20.287		103.670		76.073	11,38%	204.492	
	5,30%		9,51%				14,53%	
Trab. doméstico com carteira	3.412	0,89%	2.715	0,25%	15.748	2,36%	4.522	0,32%
Trab. na construção para o próprio uso	0	0,00%	5.791	0,53%	0	0,00%	1.051	0,07%
Militar	0	0,00%	474	0,04%	0	0,00%	1.931	0,14%

Fonte: PNAD (2002 2012).

No que diz respeito à posição na ocupação no trabalho “não remunerado”, observou-se que o número de mulheres nessa condição reduziu em dez anos, entretanto, ainda superam o masculino (2,57% e 1,94%) em 2002 (12,96%) e em 2012 (8,42%). Faria (2002) ressalta que as mulheres, em todas as faixas etárias e situações familiares, devotam uma parte significativa do seu tempo ao trabalho não remunerado, ao contrário dos homens que passam a maior parte do seu tempo exercendo atividades relacionadas ao trabalho remunerado.

A condição de “trabalhador doméstico sem carteira assinada” aumentou entre as mulheres (11,28% e 14,05%) e o percentual masculino permaneceu praticamente o mesmo (1,57% e 1,50%), com baixa participação. Na pesquisa de Bilac (2014), também foi encontrado o reduzido nível de formalização do trabalho

doméstico, pois, entre as mulheres, aproximadamente dois terços das empregadas domésticas não possuíam carteira de trabalho assinada. Segundo Theodoro e Scorzafave (2011), o trabalho doméstico é uma atividade tradicionalmente feminina, possivelmente por motivos culturais, uma vez que os afazeres domésticos são vistos na sociedade brasileira como de responsabilidade da mulher, independente de sua situação financeira.

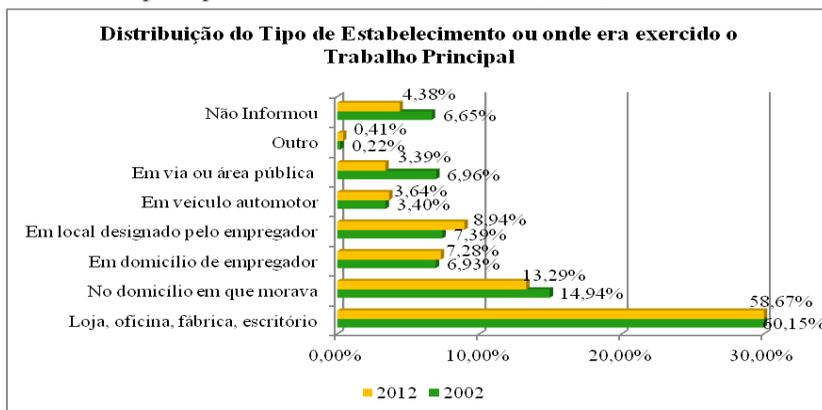
A condição de “outros empregados sem carteira” (10,29% e 10,30% entre as mulheres e 16,83% e 15,67% entre os homens) e “empregador” (6,97% e 6,18% e 12,87% e 15,67%, respectivamente) não possuíram alterações significativas em ambos os sexos.

Na posição de “funcionário público estatutário”, as mulheres idosas foram maioria tanto em 2002 (3,16%) quanto em 2012 (5,59%), situação também observada na pesquisa de Bilac (2014), desenvolvida no estado de São Paulo. De acordo com Sorj *et. al.*, (2007), a admissão nesse tipo de ocupação é realizada mediante concurso público e, dessa forma, a discriminação sexual fica dificultada. O setor público abrange uma expressiva gama de ocupações que foram tipificadas como “próprias para mulheres”, como os serviços educacionais, de saúde, dentre outros, afetando a oferta e a demanda por mulheres trabalhadoras, o que não deveria ser uma discriminação de gênero. Além disso, no setor público existe maior tolerância perante os arranjos informais das chefias com os subordinados no cumprimento da jornada de trabalho, o que facilita a conciliação entre trabalho e necessidades da família.

Na categoria “empregado com carteira de trabalho”, o número de mulheres duplicou em 10 anos (5,30% e 11,38%). Esse aumento também foi confirmado pela pesquisa do Data Popular (2011), cuja análise abordou o número de mulheres com carteira assinada nos anos de 2002 e 2011, com um aumento de 53,4%, passando de 9,5 para 14,7 milhões de brasileiras. Pode-se dizer que essa diferença comprovou que o trabalho feminino no país está em crescimento não apenas no segmento idoso.

No que se refere ao tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal (Gráfico 3), em 2002, 60,15% (n=664.714) dos idosos trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.” e, em 2012, 58,67% (n=1.083.387). Dados de abrangência nacional não foram encontrados na literatura, pois as pesquisas encontradas evidenciavam os estados. No trabalho desenvolvido pelo Boletim PAD (2014), que analisou o tipo de local do negócio ou empresa (loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública ou galpão) no estado de Minas Gerais, observou-se que 36,9% dos trabalhadores possuíam idade entre 10 a 14 anos, 56,5% constituíram a faixa etária de 15 a 59 anos e os que possuíam idade superior a 60 anos representaram 38,7% da amostra.

Gráfico 3 – Distribuição do tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal dos idosos reinseridos. Brasil, 2002/2012.



Fonte: PNAD (2002, 2012).

Os trabalhadores que exerciam suas atividades no “domicílio em que moravam” constituíram 14,94% (n=165.122) em 2002, reduzindo para 13,29% (n=245.372) em 2012; seguindo a diferença de 10 anos, tem-se: “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês”, 6,93% (n=76.597) e 7,28% (n=134.422), “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”, 7,39% (n=81.667)

e 8,94% (n=165.107), trabalhadores que exerciam suas atividades “em veículo automotor” constituíram 3,40% (n=37.581) e 3,64% (n=67.275), “em via ou área pública”, 6,96% (n=76.951) e 3,39% (n=62.516), “outro” 0,22% (n=2.388) e 0,42% (n=80.927) e “não aplicável”, 6,65% (n=73.503), reduzindo a 4,38% (n=80.927). Não se observa uma variação significativa no local de execução do trabalho principal no período analisado.

Porém, quando se analisa o tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal de acordo com a condição do gênero (Tabela 3), verifica-se que o percentual de mulheres idosas que trabalhavam em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.” aumentou (41,55% e 49,70%), embora os homens continuassem sendo a maioria nessa condição (62,43% e 63,56%).

Tabela 3 – Distribuição e frequência do tipo de estabelecimento ou onde era exercido o trabalho principal segundo a condição do gênero em 2002 e 2012.

Tipo de estabelecimento	2002				2012			
	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%
Loja, Oficina, Fábrica, Escritório, etc.	141.380	41,55%	523.334	62,43%	323.595	49,70%	759.792	63,56%
No Domicílio em que Morava	104.083	30,59%	61.039	7,28%	157.926	24,25%	87.446	7,32%
Em Domicílio de Empregador	44.418	13,05%	32.179	3,84%	108.325	16,64%	26.097	2,18%
Em Local Designado pelo Empregador	8.183	2,40%	73.484	8,77%	17.867	2,74%	147.240	12,32%
Em Veículo Automotor	626	0,18%	36.955	4,41%	1.132	0,17%	66.143	5,53%
Em Via ou Área Pública	20.411	6,00%	56.540	6,75%	15.339	2,36%	47.177	3,95%
Outro	0	0,00%	2.388	0,28%	758	0,12%	6.748	0,56%
Não Aplicável	21.198	6,23%	52.305	6,24%	26.185	4,02%	54.742	4,58%

Fonte: PNAD (2002, 2012).

O número de mulheres que trabalhavam “no domicílio em que moravam” constituiu a maioria, apesar da redução de 30,59% (n=104.083), em 2002, para 24,25% (n=157.926), em 2012, e o número de homens na mesma condição possuiu pequena alteração

(7,28% e 7,32%). O trabalho no domicílio geralmente é exercido sob contratos formais e esta condição, muitas vezes, está relacionada às mulheres (LAVINAS; SORJ, 1997).

No tipo de estabelecimento do trabalho principal realizado, “em domicílio do empregador” ocorreu a predominância feminina em ambos os anos, passando de 13,05% (n=44.418) para 16,64% (n=108.325).

Os homens constituíram a maioria no trabalho exercido “em local designado pelo empregador”, com 8,77% (n=73.484) e 12,32% (n=147.240), “em veículo automotor”, com 4,41% (n=36.955) e 5,53% (n=66.143), e “em via ou área pública”, com 6,75% (n=56.540) e 3,95% (n=47.177), respectivamente, em 2002 e 2012. Sendo assim, fica evidente que, em determinadas ocupações, as mulheres são minoria, o que caracteriza a segregação laboral por gênero do empregado, a qual está presente mesmo em se tratando de idosos.

O número de horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal dos idosos mostra que, em 2002, 23,13% (n=328.620) trabalhavam até 20 horas e, em 2012, 23,14% (n=457.467). Os que trabalhavam de 21 a 40 horas constituíram 40,79% (n=579.498), aumentando para 43,60% (n=863.299), e os indivíduos que trabalhavam 41 horas ou mais, compuseram 36,08% (n=513.184), reduzindo a 33,27% (n=658.160). Verifica-se, assim, um aumento no número de idosos que trabalhavam entre 21 e 40 horas, que constitui a jornada de trabalho semanal para os empregados. Isso está de acordo com o tipo de atividade exercida pela maioria dos idosos, como o trabalho em “loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão, etc.”, “em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês” e “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês”.

Analisando as diferenças de gênero das horas trabalhadas por semana (Tabela 4), evidencia-se que em 2002 o trabalho feminino de “até 20 horas” era realizado por 41,2% (n=154.806), sendo que em 2012 esse percentual reduziu para 36,9% (n=238.838). No trabalho “de 21 a 40 horas”, as mulheres representaram 36,9% (n=138.501) em 2002 e 39,8% (n=257.605) em 2012. Esses dados

evidenciam a maior inserção da mulher idosa que trabalhava de 21 a 40 horas, jornada de trabalho característica dos empregados. Talvez a crescente participação da idosa no mercado de trabalho possa estar relacionada às suas experiências já vivenciadas, pois essas mulheres tiveram oportunidades diferentes das demais, principalmente devido às mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira.

Tabela 4 – Número de horas normalmente trabalhadas por idosos reinseridos no trabalho principal, em 2002 e 2012.

Número de Horas Trabalhadas	2002		2012	
	Mulher %	Homem %	Mulher %	Homem %
Até 20 horas	154.806 41,2%	173.814 16,6%	238.838 36,9%	218.629 16,4%
De 21 a 40 horas	138.501 36,9%	440.997 42,2%	257.605 39,8%	605.694 45,5%
41 horas ou mais	82.463 21,9%	430.721 41,2%	150.449 23,3%	507.711 38,1%

Fonte: PNAD (2002, 2012).

Em relação às horas trabalhadas, a maior participação da população ocupada masculina ocorreu “de 21 e 40 horas”, sendo 42,2% (n=440.997) e 45,5% (n=605.694). Já na faixa das “41 horas ou mais”, eles representaram 41,2% (n=430.721) e 38,1% (n=507.711) em 2002 e 2012, respectivamente. A maior carga de trabalho dos idosos pode estar relacionada ao papel tradicional de sustentar a família. As solidariedades material e financeira são representadas pelo apoio econômico, que pode ocorrer por meio de um auxílio monetário direto, como pagamento pelos idosos, de gastos com educação e com saúde dos netos, sustento devido à coabitação aos filhos, dentre outros (BRUSCHINI, 1990).

## Considerações Finais

Conclui-se com esse estudo que os idosos buscam, cada vez mais, permanecer ativos por mais tempo. Há uma tendência a aumentar o número de idosos reinseridos no mercado de trabalho, para ambos os sexos, fenômeno que pode ser explicado pelo aumento da longevidade, melhor qualidade de vida proporcionada

pelo desenvolvimento da medicina e do acesso a informação, pela necessidade financeira própria ou para ajudar parentes, como filhos e netos, dentre outros.

Pela escolha metodológica, percebe-se como uma limitação da pesquisa um melhor entendimento sobre quem é o idoso reinserido no mercado de trabalho. Dessa forma, faz-se necessário e imprescindível o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre o “novo idoso brasileiro”, que permanece atuando no mundo laboral.

## Referências

ANDRADE, A. S. C. (2004). **Trabalho feminino e desvantagem social: Diferenciais de raça e cor no emprego doméstico**. IN: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Anais... Caxambu, setembro de 2004.

ANJOS, G. **Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira**. Textos para Discussão FEE, Nº 65, Porto Alegre, julho de 2009.

ASSIS, R. H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**. CONVIBRA, VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2009. Disponível em: <[http://www.convibra.org/2009/artigos/140\\_0.pdf](http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf)> . Acesso em: 07 de jul. de 2014.

BILAC, E. D. Trabalho e família: Articulações possíveis. Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias. **Revista Tempo Social**, vol.26, no.1, São Paulo Jan./Jun 2014.

BOLETIM PAD. **Perfil da população idosa de Minas Gerais**. Boletim PAD-MG, 2011, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, Ano 3, n. 6, p. 1-85, março de 2014.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

CARVALHO, J. A. M. e GARCIA, R. A. Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da Federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período (1985/2002). IN: **Anais...** XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, 2002.

CERQUEIRA, W. F. **Taxa de fecundidade no Brasil**. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>. Acesso em: 18 abr. 2014.

CORREA, R. O.; LOPES, J. L. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos. IN: **Anais...** IV EPCT Encontro de Produção Científica e Tecnológica, NUPEM Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar; 20 a 23 de Outubro de 2009.

DATA POPULAR. **Aumento de mulheres com carteira assinada supera alta no número de brasileiras**. Disponível em: <<http://www.datapopularadministradores.com.br/noticias/carreira/aumento-de-mulheres-com-carteira-assinada-supera-alta-no-numero-de-brasileiras/47041/>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

DIAS, M. Portal Brasil. **Economia e Emprego**: Aumento do emprego é uma das causas da rotatividade no trabalho no País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/03/aumento-do-emprego-e-uma-das-causas-da-rotatividade-notrabalho-no-pais-diz-manoel-dias>>. Acesso em: 17 set. 2014.

DINIZ, A. **CLT - 70 anos: trabalhador comemora mais emprego**. Disponível em: <

<http://www.ptnosenado.org.br/textos/52-novo-lider/26561-clt-70-anos-trabalhador-comemora-mais-emprego-neste-seu-dia>>.

Acesso em: 23 set. 2014.

FARIA, C. A. P. de. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.17 n.48 São Paulo fev. 2002.

GONÇALVES, A. S.; GONÇALVES, C. A.; SOUSA, J. M. M.; LORETO, M. D. S. A centralidade do trabalho feminino. IN: **Anais... II CONINTER**, Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, 08 a 12 de Outubro de 2013.

LAVINAS, L.; SORJ, B. **O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras**. Parte do relatório intitulado: Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidades, OIT – Chile. Rio de Janeiro, 1997.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira estudos populacionais**, 2008, vol.25, n.2, pp. 233-249.

MAIA, A. G. Geografia do trabalho no Brasil. *Confins*, **Revista Franco Brasileira de Geografia**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5950;DOI:10.4000/confins.5950>>. Acesso em: 25 set. 2014.

MENDES M. R. S. B.; GUSMÃO J. L.; FARO A. C. M.; LEITE, R. C. B. O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Revista Acta Paul Enferm.** 2005;18(4):422-6. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002005000400011&script=scia\\_rttxt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002005000400011&script=scia_rttxt)>. Acesso em: 26 de dez. 2013.

MOUNTIAN, A. G.; Diaz, M. D. M. Transição ocupacional de trabalhadores mais velhos no Brasil. **Anais...** In: 1º Seminário de

Pesquisa em Economia do Desenvolvimento. Disponível em: <[http://prpg.usp.br/dcms/uploads/arquivos/cpgipe@usp.br/Andr%C3%A9%20Gal%20Montian\\_%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20ocupacional%20de%20trabalhadores%20mais%20no%20Brasil.pdf](http://prpg.usp.br/dcms/uploads/arquivos/cpgipe@usp.br/Andr%C3%A9%20Gal%20Montian_%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20ocupacional%20de%20trabalhadores%20mais%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 01 de dez. 2014.

PAZELLO, E. T.; **A Maternidade Afeta o Engajamento da Mulher no Mercado de Trabalho?** Um Estudo Utilizando o Nascimento de Gêmeos como um Experimento Natural. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 507-538, julho-setembro 2006.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012. **Síntese de Indicadores.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese\\_pnad2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_pnad2012.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2014.

QUEIROZ, V. dos S.; RAMALHO, H. M. de B.; A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil. **Revista Economia Selecta**, Brasília (DF), v.10, n.4, p.817-848, dezembro 2009.

RAMOS, E. L.; SOUZA, N. V. D. O.; CALDAS, C. P. **Qualidade de vida do idoso trabalhador.** **Rev. Enfermagem.** UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4): 507-11.

SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. Dossiê Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. **Revista Estudos Feministas**, vol.17 no. 3 Florianópolis Setembro/Dezembro. 2009.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, SCIELO, v. 37, n. 132, 2007.

THEODORO, M. I.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Revista Brasileira de Economia**, 2011, v.65, n.1, pp. 93-109.

Recebido em 21/03/2015

e aceito em 18/04/2015.

---

**Resumo:** *Este estudo objetivou analisar o tipo de atividade econômica dos idosos reinseridos no mercado de trabalho, segundo o gênero, dos anos de 2002 e 2012. Nesta pesquisa, os dados secundários foram extraídos dos microdados da PNAD com o auxílio do software STATA. A amostra da pesquisa foi constituída por 1.473.239 idosos reinseridos no mercado de trabalho em 2002 e 2.075.835 em 2012. Observou-se que, em 2002, as diferenças de rendimentos eram acentuadas em relação ao valor do rendimento mensal do trabalho principal, de todos os trabalhos e aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, pois os homens recebiam mais que as mulheres. Conclui-se com esse estudo que os idosos buscam, cada vez mais, permanecer ativos por mais tempo. Há uma tendência a aumentar o número de idosos, ambos os sexos, reinseridos no mercado de trabalho.*

**Palavras-chave:** *Idoso, mercado de trabalho, reinseridos.*

---

**Title:** *Analysis of Economic Activity Type Seniors reinserted in the Labour Market.*

**Abstract:** *This study aimed to analyze the type of economic activity of elderly reinserted in the labor market, according to gender, the years 2002 and 2012. In this research, secondary data were extracted from the National Household Survey microdata with the help of the STATA software. The research sample consisted of 1,473,239 elderly reintegration into the labor market in 2002 and 2,075,835 in 2012. It was observed that, in 2002, income differences were pronounced in relation to the amount of the monthly income of the main work of all jobs and retirement social security institutes or federates government because the men received more than women. It concludes with this study that the elderly are increasingly seeking, remain active for longer. There is a tendency to increase the number of elderly reinserted in the labor market, for both sexes.*

**Keywords:** *Elderly, the labor market, reinserted*

---